

POR QUE VIRGULINO TORNOU-SE LAMPIÃO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER NO NORDESTE BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA.

**Autor: Marcelo André Militão
Orientador(a): Prof^ª Judite Trindade**

Palavras-chave: Cangaço; cangaceiros; coronelismo.

A grande seca de 1877-79 teve efeitos catastróficos para todo o Nordeste brasileiro. Só no Ceará mais de 60 mil pessoas morreram de fome, sede e varíola. Multidões de flagelados deixavam o sertão para tentar escapar da morte. E foi neste clima de calamidade pública que surgiram os primeiros grupos de cangaceiros.

Esta monografia tem como tema de pesquisa o cangaço, entendendo-o como um fenômeno social que ocorreu no Nordeste do Brasil nas últimas décadas do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Mais especificamente, o objeto de pesquisa apresenta-se na figura do cangaceiro chamado Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Além de investigar as causas que levaram o sertanejo Virgulino a tornar-se o bandido Lampião, esta monografia tem por objetivo analisar as relações de poder entre cangaceiros e coronéis no Nordeste brasileiro.

O cangaço é um tema que continua fascinando e inspirando obras em numerosas áreas: antropologia, sociologia, história, literatura, arte, filmes e novelas. Estas obras, na sua grande maioria, são inspiradas em torno da figura do mais conhecido cangaceiro, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. A reverência dedicada a Lampião é de certa forma um mito, pois para muitos ele era um paladino-justiceiro-salteador ao mesmo tempo, considerado até como um tipo de “Robin Hood” nordestino. Existe uma série de mitos e de interpretações equivocadas sobre o cangaço. Esta monografia tem como objetivo ir além dos mitos e entender o fenômeno do cangaço, principalmente o tipo de cangaço praticado por Lampião e as relações deste com os poderosos locais, os coronéis latifundiários.

Para tanto, apresenta-se uma contextualização histórica do período conhecido como Primeira República e uma recomposição da formação (biografia) de Lampião. A metodologia empregada apoiou-se em reportagens contendo entrevistas (depoimentos de familiares do cangaceiro sobre a vida de Lampião) publicadas na revista semanal *O Cruzeiro*, uma delas intitulada “*Porque Lampião entrou no cangaço*”, publicada em 3 de outubro de 1953.¹ Há ainda a análise de uma entrevista com o próprio Lampião, concedida em abril de 1926 ao jornalista Otacílio Macedo em Juazeiro do Norte, estado do Ceará, onde Lampião se encontrava a fim de receber a patente de “capitão”, concedida pelo padre Cícero. Como fontes complementares, são apresentados também excertos de jornais.

O cangaceiro era um tipo de bandido social, segundo Eric Hobsbawn: “*O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos, justiceiros, talvez até mesmo líderes da libertação e como homens a serem ajudados e*

¹ CARNEIRO, Luciano. *Porque Lampião entrou no cangaço*. In: Revista semanal “*O Cruzeiro*”. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953, ano XXV, número 51, pp. 38-41, cont. 36, 42, 88 e 6.

apoiados. É essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo social interessante e significativo."²

A análise de Hobsbawn baseia-se na existência de três tipos de bandidos: o bandido nobre, como Robin Hood; os guerrilheiros primitivos; e o vingador. Estas formas diferem segundo as regiões em que o banditismo social se desenvolveu, e que não devem ser confundidas com as práticas de comunidades que têm no crime uma forma de vida não diretamente relacionada com a transição para o capitalismo. Se os bandidos alcançam uma certa notoriedade, isto se deve à influência de alguns fatores, como as crises políticas e econômicas da região, as estruturas do poder local e o poder dos proprietários.

O respeito por um bandido não era coisa nova no Nordeste do Brasil. Não surgiu com as façanhas de Lampião. Teve precursores naquela região, tais como Cabeleira, Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e outros. Porém, nenhum deles alcançou a fama que se destinava a Lampião. Seja como for, o cangaceiro, considerado como homem de grande valentia, era extremamente respeitado no Nordeste brasileiro. O que, inclusive, favoreceu o banditismo.

Ao realizar a leitura da bibliografia sobre o cangaço, pode-se perceber a existência de uma série de mitos e de interpretações equivocadas, apresentando-o com uma auréola de heroísmo ou de revolta contra as classes dominantes, como se o cangaço fosse uma pré-disposição revolucionária do sertanejo. Esta monografia tem como objetivo ir além dos mitos e entender o fenômeno do cangaço, sendo necessário investigar as causas que levaram o sertanejo Virgulino a tornar-se o temido Lampião e também analisar as relações de poder entre cangaceiros e coronéis no Nordeste brasileiro. Ademais, há a necessidade de se posicionar diante de uma discussão historiográfica sobre o referido tema: uma parte da historiografia brasileira sugere que Lampião (e o cangaço) não passava de um fantoche, controlado pelos coronéis; a outra parte sustenta uma análise justamente contrária, apresentando Lampião e seus cangaceiros como opositores dos coronéis latifundiários. Nesse sentido, é importante situar o cangaço na sociedade, na região, na política e entender as relações de poder, as lutas de família e o coronelismo presente no Nordeste do Brasil.

Como pode se notar, este projeto apresenta duas problemáticas distintas, mas intimamente relacionadas entre si. Primeiramente, por que Virgulino tornou-se o cangaceiro Lampião? Ou seja, por que os sertanejos ingressavam no cangaço? Nos vários livros que existem sobre o cangaço, nas obras que contém entrevistas ou depoimentos de ex-cangaceiros ou seus parentes e biógrafos, quase todos os cangaceiros que são entrevistados afirmam que eles entraram para o cangaço por uma intriga da polícia, ou porque eles foram ofendidos com a violação das mulheres de sua família, ou porque fora assassinado ou espancado um parente qualquer ou ainda porque foram expulsos de suas terras pelos coronéis.

Realmente, estes são alguns dos componentes que incentivaram a entrada de sertanejos no cangaço. Mas cabe aqui salientar um fator fundamental: que toda essa gente entrou no cangaço para encontrar um meio de vida, para sobreviver dentro de uma sociedade bastante miserável. Os aspectos econômicos do banditismo devem ser analisados de maneira adequada. O fato de um sertanejo tornar-se cangaceiro podia ser visto como uma forma de ascensão social e econômica, como uma forma de defesa das propriedades familiares. O bandido também podia ser um agente intermediário nas relações econômicas regionais, atuando por conta própria ou a mando dos poderosos regionais, neste caso os coronéis latifundiários. E é aqui onde entra a segunda problemática do projeto: as relações de poder entre coronéis e cangaceiros. Lampião e seu bando de cangaceiros não

² HOBBSAWN, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

contestavam o sistema do latifúndio e eram controlados e protegidos pelos “coronéis” latifundiários? Ou os grupos de cangaceiros representavam os oprimidos e atuaram como opositores dos latifundiários, sendo superiores em poderio aos “coronéis” do sertão?

Há uma vertente, inspirada grandemente por Rui Facó³ que acredita que os cangaceiros lutavam contra os coronéis e que considera estes últimos como os opressores dos sertanejos pobres. No Nordeste, autores como Frederico Bezerra Maciel⁴, seguem a mesma linha. Entre os que entendem o cangaço de Lampião como superior em poderio aos coronéis, situa-se a obra de Shaker.⁵ Do lado oposto – coronéis como superiores em poderio a Lampião – está o livro de Chiavenato⁶.

Para Rui Facó, ainda que os camponeses não tivessem objetivos claros de suas ações nos bandos de cangaceiros e/ou religiosos, estes movimentos representavam o momento de enfrentamento e resistência ao poder do latifúndio. Por isso, a luta heróica do sertanejo para sua sobrevivência vai ser resgatada pela produção cultural marxista, pois os movimentos de rebeldia do passado situavam-se como precursores de uma tradição revolucionária. E, neste sentido, o cangaceiro tornar-se-á um problema da história contemporânea e reconhecido, muitas vezes, como herói e mito político na luta contra os males do latifúndio.

A transformação do cangaceiro em signo de rebelião no discurso da esquerda nos anos de 1940 e 1950 surgiu exatamente no momento em que o cangaço deixa de ser história para se tornar mito na produção cultural brasileira, seja literária, artística ou acadêmica. É dentro deste contexto, que a “*compreensão do cangaço se alargava para além dos limites de sua existência efetiva, invadindo as paragens do imaginário e se enriquecendo com significados múltiplos, que não pertenciam nem à sua origem, nem à sua vigência real. Toda esta discussão em torno do cangaço fora norteadas, principalmente, por dois parâmetros: a oposição de certos intelectuais contra as camadas dominantes e sua representação, o governo; um sentimento nacionalista generalizado, que as condições econômicas reforçavam*”.⁷

Os cangaceiros sozinhos não eram poderosos o suficiente para lutar contra os que detinham o poder. O outro extremo de análise se trava entre aqueles que consideram os grupos de cangaceiros como os instrumentos de dominação dos coronéis, intimidando a população pobre dos sertões nordestinos. Esta tese é estabelecida por Júlio Chiavenato, na qual o autor pretende acabar com os mitos a respeito do cangaço. Para o autor, os cangaceiros não contestavam o sistema, não praticavam a guerrilha e também não representavam os oprimidos. Chiavenato afirma que os cangaceiros representavam os interesses dos coronéis, funcionando como instrumentos de domínio e intimidação da população pobre nordestina. A tese do autor procura reforçar o conceito de que o cangaço foi um fenômeno derivado dos interesses do poder.

Portanto, cabe também esclarecer a que ponto a sobrevivência dos cangaceiros dependeu dos chefes políticos influentes e, se tal apoio dos coronéis efetivamente ocorreu, porque interessou aos coronéis apoiar os cangaceiros. Mas antes é necessário definir os coronéis e os cangaceiros, os diferentes argumentos e as relações entre os coronéis e os cangaceiros, dependentes dessas definições.

³ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

⁴ MACIEL, Frederico Bezerra. *Lampião, seu tempo e seu reinado*. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁵ SHAKER, Arthur. *Pelo espaço do cangaceiro Jurubeba*. São Paulo: Símbolo, 1979

⁶ CHIAVENATO, Júlio. *Cangaço, a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. 4ª edição. São Paulo: Global, 1991 (Coleção História Popular, n. 11), pp. 66-67.

Já em 1831, quando teve início no Brasil o período da Regência, os partidos formados por membros da aristocracia decidiram implementar medidas de descentralização tendo em vista o favorecimento de seus interesses privados. Assim, as províncias passaram a dispor do direito de escolher seus presidentes por meio de sistemas eleitorais próprios. Os postos judiciais e policiais foram preenchidos mediante eleições locais e os Conselhos de Províncias, que possuíam caráter apenas consultivo, viriam a ser substituídos por Assembléias Legislativas com amplos poderes, como, por exemplo, o de estipular normas legais nas áreas civil, militar, política e econômica dos municípios.

A descentralização militar seria efetuada com a criação da Guarda Nacional em 1831, que investiria grandes proprietários de terra e pessoas eminentes de povoados nos cargos de coronel, major ou capitão, outorgando-lhes a prerrogativa de formar milícias, ou seja, forças militares de caráter privado, para exercer funções policiais e militares que deveriam ser prerrogativas do poder público. Assim, dispondo de poder militar, os coronéis passaram a exercer o monopólio da violência legal nas regiões sob sua jurisdição, gozando de impunidade judicial.⁸ Como conseqüência, o termo coronel tomou uma conotação política, sendo utilizado para a maioria dos que estavam na reserva entre os grandes proprietários e os grandes comerciantes, entre aqueles que detêm o poder.

O poder político das oligarquias estaduais tornou-se uma das principais características das primeiras décadas republicanas, período conhecido como Primeira República. Na obra de Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil* (1962), a Primeira República é pensada em termos de um sistema de dominação do latifúndio, cuja dinâmica se configura em três fases: a da implantação, em que haveria um predomínio do poder da classe média através da atuação dos militares; a da consolidação, em que o controle exclusivo estaria nas mãos das oligarquias latifundiárias; e a do declínio, marcada pela expansão da burguesia industrial e da classe média, e pela disputa desses setores pelo controle do poder.⁹

Como parte integrante dessas oligarquias latifundiárias, estavam os coronéis que passaram a desempenhar uma função política crucial: a de controlar os votos do eleitorado rural. Em troca, os governos estaduais concederam aos coronéis uma série de prerrogativas que aumentaram ainda mais o seu poder. Muitas vezes, o recurso da opressão e da violência era empregado para controlar o voto de cabresto. Na Primeira República, cumprindo o seu papel dentro de um sistema oligárquico, o voto simbolizava uma prova de fidelidade e lealdade às situações estaduais.

O poder do chefe local foi definido assim por Victor Nunes Leal: *“A essência, portanto, do compromisso “coronelista” - salvo situações especiais que não constituem regra - consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”*¹⁰

Em sua análise, Victor Nunes Leal procura examinar sobretudo o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. Na sua concepção, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República,

⁸ PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 14ª. ed., 1985, p. 141.

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

¹⁰ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 2. ed., 1975, pp. 49-50.

envolvendo compromissos recíprocos. Segundo o autor, o coronelismo surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado.

A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República, que durou de 1889 até 1930.

Assim, se o coronelismo na obra de Victor Nunes é um sistema político historicamente datado, específico da Primeira República, originário da confluência de um fato político - o federalismo implantado pela República- e de uma conjuntura econômica, nos trabalhos de autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz o conceito de coronelismo ganha uma amplitude significativa, passando a incorporar manifestações urbanas e conjunturas históricas mais atuais.¹¹

Queiroz amplia a caracterização do coronelismo para incorporar manifestações urbanas, em que podem ser definidos como coronéis os comerciantes, muitas vezes desvinculados da propriedade da terra. Segundo esta autora, no Brasil o poder decorrente de outros bens de fortuna (como o comércio) superou o poder trazido exclusivamente pela posse da terra, isto porque a posse da terra só se tornou fonte de poder para quem possuía capitais para explorá-la ou para quem conseguia reunir gente que, em troca de uma parcela, se obrigasse a servir e a defender o proprietário.

Segundo Maria Queiroz, ao se decidir estudar a estrutura coronelística de uma região, há de se verificar também se o local se trata de região em que o mando de um coronel ou de uma parentela é único e rígido; ou se trata de local em que diversas famílias disputam o poder. No primeiro caso, trata-se realmente de um poder absoluto, mas por isso mesmo que é absoluto não dá margem quase a lutas. Estas últimas podem ser terríveis quando duas ou mais famílias pretendem “reinar”.

A autora conclui que a multiplicidade dos coronéis é o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentesco de sangue com suas alianças e grupos de associados políticos-econômicos. Embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características.

Apesar das descrições dadas pelos autores aos cangaceiros sertanejos rebeldes com o estereótipo de homens pobres, os chefes dos grupos de cangaceiros vinham de fato de famílias que possuíam propriedades. Os cangaceiros chefes Jesuíno Brilhante e Sebastião Pereira (Sinhô Pereira) provinham de famílias importantes. Lampião veio de uma família um pouco menos importante, mas que pertencia ao mesmo meio. Sua família, os Ferreira, eram os inimigos de seu vizinho José Saturnino. Pode-se perceber que uma das causas do surgimento do cangaço foram as longas lutas de famílias.

As querelas de família vinham da rivalidade pela conquista de poder político ou através de disputas que se intensificaram entre vizinhos pela reivindicação de direitos sobre

¹¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira (tomo III, vol. 1). São Paulo: DIFEL, 1975, pp. 153-190.

a mesma propriedade ou de parte dela. Os limites entre as propriedades inexistiam, pois não havia muros ou cercas e os animais andavam livremente. A tentativa de recuperação de animais extraviados tornou-se causa de conflitos sérios no Nordeste entre muitos proprietários. Por outro lado, matar o gado de seus inimigos também era comum e era uma maneira de satisfazer sua vingança. Por exemplo, a querela entre os Ferreira (família de Lampião) e seu vizinho José Saturnino teve início nas declarações dos Ferreira de que um morador de José Saturnino tinha roubado uma de suas cabras. Grandes brigas entre famílias sertanejas nasciam de tais incidentes. As fazendas não eram cercadas e, apesar disso, os fazendeiros demonstravam um exagerado senso de honra quando se tratava de proteção de seus rebanhos. Em decorrência do conflito entre as famílias dos Ferreira e seu vizinho Saturnino, o pai de Lampião foi assassinado pela polícia, como é explicado por João Ferreira, na entrevista concedida na revista “*O Cruzeiro*”.

Embora a entrada de Virgulino no cangaço possa ser atribuída ao contexto das condições da sociedade em que viveu e o exame de seus atos possa explicar em parte suas razões para este passo, há muitas perguntas sem respostas. É difícil explicar porque alguns homens se tornam criminosos, enquanto outros, vivendo dentro das mesmas condições sociais e sujeitos às mesmas tribulações, não se tornam. Talvez tenha sido a ousadia de Virgulino e também um pouco de perversidade, combinadas com sua crescente frustração, que o impeliram a seguir o caminho que iria pôr em perigo a vida de sua família e que no fim, quando outros poderiam ter recuado, o levaram a cruzar o limite e entrar no cangaço. Talvez tenha sido uma mistura de caráter e circunstância que transformou o sertanejo Virgulino no cangaceiro Lampião. Contudo, a meta declarada de Lampião de vingar a morte de seu pai, deu à sua carreira de fora da lei uma razão que ajudou a criar a lenda do cangaceiro justiceiro e vingativo.

Para poder analisar as relações entre cangaceiros e coronéis, é importante também definir os cangaceiros, a razão pela qual alguém era considerado cangaceiro, a sua posição social e a sua situação perante o coronel. Sobre os tipos de cangaço, as definições de Frederico Pernambucano de Mello¹² apresentam três tipos de cangaço: o *cangaço-meio de vida*, o *cangaço de vingança* e o *cangaço-refúgio*. A maior parte dos cangaceiros (entre eles os quatro chefes de bando já mencionados) entrou neste meio para se vingar por uma razão ou por outra: desejo de vingança pela morte de um membro de sua família - que foram os casos de Antonio Silvino e de Lampião - ou porque queriam satisfazer sua vingança, mas tinham a necessidade de se manter sob proteção contra as autoridades.

Um exemplo desse tipo de *cangaço-refúgio* é o cangaceiro Ângelo Roque da Costa, o Anjo Roque, membro do grupo de Lampião, que assassinou o estuproador de sua irmã e em seguida foi vítima de represálias de uma poderosa família. Os grandes protótipos do *cangaço de vingança* foram Jesuíno Brilhante e Sebastião Pereira (Sinhô Pereira), chefes cangaceiros que lutavam pelas causas de suas famílias. Pelo *cangaço-meio de vida*, os exemplos são Antonio Silvino e Lampião. Estes dois últimos foram, num primeiro instante, cangaceiros vingadores e posteriormente adotaram o cangaço como meio de vida, para se manterem na lucrativa “profissão”.

A maior necessidade para um chefe cangaceiro como Lampião era manter-se a si e a seus homens com armas e munições suficientes e, para isto, os cangaceiros se aproximavam de fontes ligadas à polícia, os coronéis. Por este intermédio, os cangaceiros tiveram acesso a armas de uso exclusivo militar, como as do tipo Winchester, que foram

¹² MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol - Violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife: A Girafa, 2005, p. 140.

utilizadas principalmente pelos cangaceiros do grupo de Lampião. Além de armas e munições, recebiam uniformes e abrigo desses coronéis, em caso de perseguições.

Uma proteção semelhante só poderia ser fornecida pelos coronéis, o que implicava que o cangaceiro, apesar de sua situação de independência, era realmente dependente de seus protetores, se não todo o tempo, ao menos momentaneamente. E por que interessava aos coronéis cooperar com os cangaceiros? As razões variam. Um coronel podia agir por receio de ser atacado ou por pragmatismo, uma vez que por um tempo significativo no sertão os bandidos demonstraram um poderio maior do que a polícia. Os grupos de cangaceiros também podiam ser cooptados e utilizados na execução de vingança contra inimigos políticos.

Portanto, não é possível sustentar a hipótese de antagonismo entre cangaceiro e coronel, tendo prosperado uma tradição de simbiose entre essas duas figuras, representada por gestos de auxílio recíproco, porque assim lhes apontava a conveniência. Ambos se fortaleciam com a celebração de alianças de apoio mútuo, representando, para as duas partes, condição de maior poder. Por força dessas alianças, o bando colocava-se a serviço do fazendeiro ou chefe político, que se convertia, em contrapartida, naquela figura responsável pela conservação do caráter endêmico de que o cangaço sempre desfrutou no Nordeste, que foi o coiteiro.

Pode-se concluir que o cangaço de Lampião tinha uma relação que não comportava superioridade ou inferioridade constantes com os seus protetores, até mesmo os mais ilustres coronéis. O cangaceiro não seria um revoltado contra o coronelismo. Pelo contrário: se complementam. Os cangaceiros associavam-se aos poderes locais ou impunham-se contra eles, resolvendo querelas e pendências conflituosas. Estas situações dependiam das circunstâncias do momento.

Deve ficar claro que o relacionamento entre cangaceiro e coronel não produzia vínculo de subordinação exclusiva para qualquer das partes. Ao contrário do jagunço (que era mantido e controlado exclusivamente por um coronel) coube ao cangaceiro promover por sua própria conta sua defesa e foi justamente sobre as armas que esta sua capacidade repousou em grande parte. Mesmo quando ligado a fazendeiros, por força de alianças celebradas, o chefe de grupo não assumia compromissos que pudessem tolher-se à liberdade. A convivência entre eles fazia-se de igual para igual.

Sob que condições Lampião teria podido constituir-se e manter-se ativo entre 1920 a 1938? Além do importantíssimo apoio dos coronéis, também foi devido ao caráter propriamente nômade do cangaço de Lampião; a autonomia e a guerra perene são inseparáveis de uma certa produção espacial, de caráter nômade, que teria facultado ao cangaço de Lampião a multiplicação de aliados em diversos pontos do sertão nordestino.

Portanto, pode-se concluir que a mobilidade de Lampião e de seus “cabras” gerou proteção sem gerar dependência. A irregularidade da trajetória e das visitas, junto a uma multiplicação dos pontos de aliança garantiram a Lampião, por quase 20 anos, proteção e autonomia. Entre as razões do declínio do cangaço, destacaram-se os progressos materiais (melhores comunicações e melhores armas das forças perseguidoras), o desenvolvimento econômico e, sobretudo, uma maior e mais eficiente penetração da autoridade do governo do Estado Novo no sertão.